

DIÁRIO DO POVO

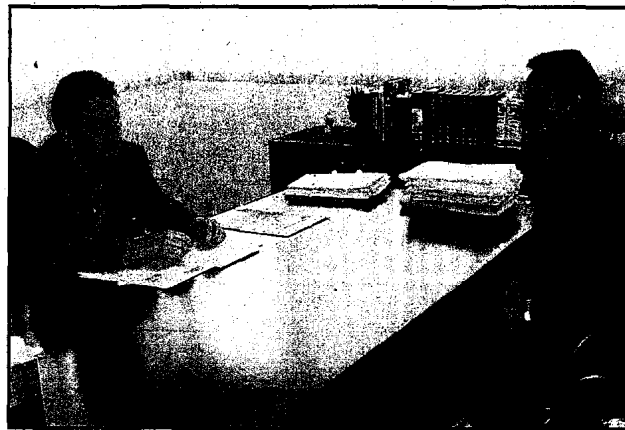
ANO XV - EDIÇÃO 2630 - CIRCULAÇÃO REGIONAL - PATO BRANCO, QUINTA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2001

Empresário justifica fim do Estar em Pato Branco

Depois de enviar uma notificação à Prefeitura de Pato Branco, comunicando a suspensão das atividades do Estacionamento Regulamentado (Estar), a empresa Opportunity Park, concessionária do sistema, iniciou todos os trâmites legais para mover uma ação por perdas e danos contra o Município, decorrentes da rescisão contratual.

No final da tarde de ontem, o empresário responsável pelo Estar, Dinis Jorge Garbin, voltou a Pato Branco para tratar do processo. Dinis não escondeu seu descontentamento com a situação. Tanto ele como seu advogado, Luis Fernando Viana, deixaram claro que a empresa está aberta a negociações com a prefeitura para que a rescisão seja feita de forma amigável. Como argumento principal de sua ação, Dinis aponta a decisão do prefeito Clóvis Padoan, ao apresentar o decreto nº 4.333/01, que altera a cobrança da taxa de regularização. Segundo o empresário, foi uma decisão unilateral e ilegal, que impossibilitou a continuidade da prestação dos serviços. “Desde que começou a vigorar o decreto, houve uma queda superior a 45% na arrecadação da empresa. Ficou inviável para nós, tanto que nem os salários das funcionárias não foram pagos”, explica Dinis, adiantando que o pagamento será feito nos próximos dias com o dinheiro que a empresa tem em caução desde que iniciou o trabalho.

Dinis diz que tudo o que aconteceu nos últimos meses com o Estar foi reflexo da aversão da nova administração municipal em relação ao sistema. “Padoan prometeu em campanha que acabaria com o Estar. De uma forma ou outra ele conseguiu”, afirma. O empre-



Dinis, durante conversa com seu advogado. Empresa está disposta a fazer rescisão amigável

sário reclama da atitude do prefeito ao decretar a mudança, dizendo que foi tudo tão repentino, que ficou sabendo das alterações pela imprensa. Ele conta que na semana que antecedeu ao fato, estava em contato diário com a Assessoria Jurídica da prefeitura, a fim de encontrar uma forma de melhorar o sistema sem prejudicar nenhuma das partes. “Me assustei quando li no jornal a decisão do prefeito. Eu acreditava que poderíamos chegar a um acordo de outra forma”, relembra.

Sindicância

A polêmica sobre se terá ou não continuidade a cobrança do Estacionamento Regulamentado (Estar) em Pato Branco poderá acabar nesta sexta-feira, quando deverá ser concluída a sindicância que apura even-

tuais irregularidades. Segundo o assessor jurídico da Prefeitura de Pato Branco, Jânio Figueiredo, a sindicância foi instaurada porque a concessionária não cumpriu o decreto do prefeito. A empresa Opportunity Park foi notificada a apresentar diversos documentos para a comissão de sindicância, mas não enviou os recibos que emitia para regulamentação de multas. O percentual sobre o valor cobrado que foi de R\$ 2,50, passou para R\$ 5,00 e baixou para R\$ 1,00, deveria ser repassado para a prefeitura, o que não aconteceu. Com isso, Figueiredo está aguardando a conclusão da sindicância, que irá orientar o Município sobre as medidas cabíveis que poderão ser tomadas contra a concessionária.

DIÁRIO DO POVO

ANO XV

EDIÇÃO 2517

DOMINGO, 22 DE ABRIL DE 2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO-PR
DECRETO Nº 4.261

Súmula: Acrescenta o Parágrafo 6º ao ART. 2º do Decreto 3.865 de 03 de dezembro de 1998 que dispõe sobre Regulamentação do ESTAR- Estacionamento Regulamento.

O Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art 47, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art 1º Fica acrescentado o parágrafo 6º ao Art. 2º do Decreto 3.865 de 03 de dezembro de 1998, que dispõe sobre Regulamentação do ESTAR - Estacionamento Regulamento conforme específica;

§ 6º- Ficam isentos do uso do cartão, os veículos dos Oficiais de Justiça pertencentes a Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Estadual, devendo os veículos constar de identificação correspondente

Art 2º- Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 09 de abril de 2001.

CLÓVIS SANTO PADOAN - Prefeito Municipal

DIÁRIO DO POVC

ANO XIII

EDIÇÃO 2103

PATO BRANCO, TERÇA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1999

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR DECRETO N° 3.751

Súmula: Regulamenta o ESTAR - Estacionamento Regulamentado.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 9º itens IV, VIII Letra "a", IX da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. O Estacionamento Regulamentado, denominado de ESTAR, abrange as áreas delimitadas no Anexo I, que integra o presente, na forma prevista neste regulamento.

§ 1º - Cabe ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Pato Branco o estudo e alterações das áreas do Estacionamento Regulamentado;

Art. 2º - Os locais de estacionamento do ESTAR serão devidamente identificados com placas verticais e as vagas com sinalização horizontal.

§ 1º - nas vagas demarcadas, poderão estacionar somente os automóveis e caminhonetes em cujo interior estiver em local de fácil visualização o cartão de estacionamento devidamente preenchido;

§ 2º - estão isentos do uso do cartão a que se refere esta lei, os veículos em serviço de carga e descarga, nos horários fixados pela legislação específica;

a) constatado irregularidade será emitida notificação com prazo 08 horas para regularização junto ao responsável pela notificação.

b) descumprido o prazo previsto na letra "a" terá o infrator 48 horas para recolher o valor de 01 (um) bloco de cartão de estacionamento 01 hora, junto a Administração do ESTAR.

c) Decorrido o prazo contido na letra "b", será emitida a multa prevista pelo Código Nacional de Trânsito por estacionamento irregular e encaminhado ao DETRAN para cobrança.

§ 3º - ficam isentos do uso do cartão, os veículos de órgãos e empresas públicas municipais, estaduais e federais, que possuam placas ou letreiros externos que os identifiquem;

§ 4º - para o veículo permanecer na vaga por maior período do que o especificado no inciso 2º do artigo terceiro deste decreto, deverá ser trocado o cartão por um novo, com as devidas anotações, sendo permitido o tempo máximo contínuo de 2 (duas) horas.

Art. 3º - O Estacionamento Regulamentado de Veículos nas áreas delimitadas pelo artigo 1º far-se-á, de Segunda a Sexta feira, no período compreendido entre 8:00 às 18:00 horas, a aos sábados entre 8:00 às 13:00 horas;

§ 1º - É livre o estacionamento de automóveis a partir das treze horas do sábado até oito horas da Segunda-feira;

§ 2º - os blocos conterão 10 (dez) cartões de estacionamento cada um, nas

seguintes especificações:

I - cartões impressos, com direito a 1 (uma) hora de estacionamento cada;

II - cartões impressos, com direito a 2 (duas) horas de estacionamento cada;

Art. 4º - Será considerado como estacionamento em desacordo com este regulamento, sujeitando o infrator às sanções previstas no Código Nacional de Trânsito em vigor:

I - Exceder o período máximo de estacionamento contínuo permitido;

II - A falta ou incorreto preenchimento e colocação do cartão de estacionamento, na forma exigida pelas instruções que o acompanham;

III - Portar o cartão já utilizado, rasurado ou suspeito de uso indevido;

IV - Estacionar fora do espaço delimitado na sinalização horizontal para a vaga;

§ 1º - a aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui as demais penalidades por infrações à legislação de trânsito;

§ 2º - as multas de trânsito serão emitidas pela Polícia Militar conforme legislação e convênio vigente;

Art. 5º - Fica permitida a Secretaria Municipal de Ação Social a coordenação e exploração do ESTAR, a quem compete:

I - a sua implantação e administração;

II - a cobrança do preço, através da venda direta, por intermédio de estabelecimentos bancários, ou outros meios que achar necessário dos talões contendo os cartões de estacionamento;

III - a contratação de pessoal necessário a execução dos serviços;

IV - implantar e manter a sinalização vertical e horizontal do ESTAR, mediante orientação do IPUPB;

V - Fixar as normas operacionais e os formatos do cartão de estacionamento e formas de controle, que deverão ser aprovados pelo executivo municipal;

VI - Ministrar aos fiscais a instrução necessária de conformidade com a legislação em vigor;

Parágrafo Único: A fiscalização, da execução dos Serviços do ESTAR, ficam a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

Art. 6º - Fica autorizada a cobrança pela utilização de espaço nas vias públicas e nos locais explorados com essa finalidade da seguinte forma:

I - R\$ 0,50 (cinquenta) centavos para o cartão azul que corresponde a 1 (uma) hora de estacionamento;

II - R\$ 1,00 (um) real para o cartão branco que corresponde a 2 (duas) horas de estacionamento;

Parágrafo Único: o preço poderá ser corrigido sempre que necessário através de decreto;

Art. 7º - A receita líquida auferida e recolhida aos cofres da prefeitura, terá a seguinte destinação:

I - 30% reverterá ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Pato Branco - IPUPB;

II - 70% será aplicada na manutenção dos projetos e programas da Secretaria Municipal de Ação Social, visando a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, da criança e do idoso;

Art. 8º - De frente às entradas de hotéis será proibido estacionar, sendo permitida a parada para embarque e desembarque de passageiros e bagagens, de conformidade com as normas de trânsito, sendo que o IPUPB - Instituto de Planejamento e Pesquisa de Pato Branco, definirá os pontos de Carga e Descarga.

Art. 9º - O programa de educação dos usuários do estacionamento controlado será elaborado pelo IPUPB, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Ação Social e com o apoio do 3º Batalhão de Polícia Militar;

Art. 10- É proibido o emprego de menores de 16 anos nos serviços de fiscalização, e se em idade escolar, deverão estar regularmente matriculados em um estabelecimento de ensino no município, devendo atingir uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco) por cento;

Art. 11- A cobrança de preço nas áreas do ESTAR não acarretará para o Município de Pato Branco a obrigação de guarda e vigilância dos veículos, não respondendo, quanto a estes e seus usuários, por acidentes, danos, furtos ou quaisquer outros prejuízos que neles venha a sofrer.

Parágrafo Único: A aquisição dos cartões de estacionamento implicará na aceitação, pelo usuário, do contido neste artigo.

Art. 12- A prestação de contas, será mensalmente, apresentando até o quinto dia útil do mês subsequente os seguintes documentos:

a) planilhas de controles de bilhetes vendidos e multas aplicadas;

b) Relatório das atividades desenvolvidas no ESTAR;

c) demais documentos que o executivo achar necessário;

Art. 13- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto 3.713 de 03 de dezembro de 1.998 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco em, 06 de agosto de 1999.

ALCENI GUERRA - Prefeito Municipal

DIÁRIO DO POVC

ANO XIII

EDIÇÃO 2061

PATO BRANCO, QUINTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 1999

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR

DECRETO Nº 3.713

SÚMULA: Regulamenta a Lei nº 1.787 de 03 de dezembro de 1998.

O Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 4º da Lei Municipal nº 1.787 de 03 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º- O Estacionamento Regulamentado, denominado de ESTAR, abrange as áreas delimitadas no Anexo I, que integra o presente, na forma prevista neste regulamento.

§ 1º - Cabe ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Pato Branco o estudo e alterações das áreas do Estacionamento Regulamentado.

§ 2º - A exploração dos locais destinados a estacionamento, nos termos do presente decreto, será feita através dos órgãos da administração direta ou indireta do Município, e a receita auferida, será recolhida aos cofres da prefeitura, para posterior destinação, conforme disposto no artigo 7º deste Decreto.

Art. 2º - Os locais de estacionamento do ESTAR serão devidamente identificados com placas verticais e as vagas com sinalização horizontal.

§ 1º - Nas vagas demarcadas, poderão estacionar somente os automóveis e caminhonetes em cujo interior estiver em local de fácil visualização o cartão de estacionamento devidamente preenchido.

§ 2º - Estão isentos do uso do cartão a que se refere esta lei, os veículos em serviço de carga e descarga, nos horários fixados pela legislação específica.

§ 3º - Ficam isentos do uso do cartão, os veículos de órgãos e empresas públicas municipais, estaduais e federais, que possuam placas ou letreiros externos que os identifiquem.

§ 4º - para o veículo permanecer na vaga por maior período do que o especificado no inciso 2º do artigo terceiro deste decreto, deverá ser trocado o cartão por um novo, com as devidas anotações.

Art. 3º - O Estacionamento Regulamentado de Veículos nas áreas delimitadas pelo artigo 1º far-se-á, de Segunda a Sexta feira, no período compreendido entre 8:00 às 18:00 horas, a aos sábados entre 8:00 às 13:00 horas.

§ 1º - É livre o estacionamento de automóveis a partir das treze horas do sábado até seis horas da Segunda feira.

§ 2º - os blocos conterão 10 (dez) cartões de estacionamento cada um, nas seguintes especificações:

I - cartões impressos na cor azul, com direito a 1 (uma) hora de estacionamento cada;

II - cartões impressos na cor branca, com direito a 2 (duas) horas de estacionamento cada;

Art. 4º - Será considerado como estacionamento em desacordo com este regulamento, sujeitando o infrator às sanções previstas no Código Nacional de Trânsito em vigor:

I - Exceder o período máximo de estacionamento contínuo permitido;

II - A falta ou incorreto preenchimento e colocação do cartão de estacionamento na forma exigida pelas instruções que o acompanham;

III - Portar o cartão já utilizado, rasurado ou suspeito de uso indevido;

IV - Estacionar fora do espaço delimitado na sinalização horizontal para a vaga.

§ 1º - a aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui as demais penalidades por infrações à legislação de trânsito.

§ 2º - as multas de trânsito serão emitidas pela Polícia Militar conforme legislação e convênio vigente.

Art. 5º - Fica permitida a Secretaria Municipal de Ação Social a coordenação e exploração do ESTAR, a quem compete:

I - a sua implantação e administração;

II - a cobrança do preço, através da venda direta, por intermédio de estabelecimentos bancários, ou outros meios que achar necessário dos talões contendo os cartões de estacionamento;

III - a contratação de pessoal necessário a execução dos serviços;

IV - implantar e manter a sinalização vertical e horizontal do ESTAR, mediante orientação do IPUPB;

V - fixar as normas operacionais e os formatos do cartão de estacionamento e formas de controle, que deverão ser aprovados pelo executivo municipal;

VI - ministrar aos fiscais a instrução necessária de conformidade com a legislação em vigor.

Art. 6º - Fica autorizada a cobrança pela utilização de espaço nas vias públicas e nos locais explorados com essa finalidade da seguinte forma:

I - R\$ 0,25 (vinte e cinco) centavos para o cartão azul que corresponde a 1 (uma) hora de estacionamento;

II - R\$ 0,50 (cinquenta) centavos para o cartão branco que corresponde a 2 (duas) horas de estacionamento;

Parágrafo Único: o preço poderá ser corrigido anualmente através do Índice Geral de Preços Médios - IGPM, e fixado através de decreto;

Art. 7º - A receita auferida e recolhida de conformidade com o inciso 2º do artigo primeiro deste decreto, terá a seguinte destinação:

I - 30% reverterá ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Pato Branco - IPUPB;

II - 70% será aplicada na manutenção dos projetos e programas da Secretaria Municipal de Ação Social, visando a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, da criança e do idoso;

Art. 8º - Defronte às entradas de hotéis será proibido estacionar, sendo permitida a parada para embarque e desembarque de passageiros e bagagens, de conformidade com as normas de trânsito.

Art. 9º - O programa de educação dos usuários do estacionamento controlado será elaborado pelo IPUPB, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Ação Social e com o apoio do 3º Batalhão de Polícia Militar.

Art. 10- É proibido o emprego de menores de 16 anos nos serviços de fiscalização, e se em idade escolar, deverão estar regularmente matriculados em um estabelecimento de ensino no município, devendo atingir uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco) por cento.

Art. 11- A cobrança de preço nas áreas do ESTAR não acarretará para o Município de Pato Branco a obrigação de guarda e vigilância dos veículos, não respondendo, quanto a estes e seus usuários, por acidentes, danos, furtos ou quaisquer outros prejuízos que neles venha a sofrer.

Parágrafo Único: A aquisição dos cartões de estacionamento implicará na aceitação, pelo usuário, do contido neste artigo.

Art. 12- A prestação de contas, será mensalmente, apresentando até o quinto dia útil do mês subsequente os seguintes documentos:

a) planilhas de controles de bilhetes vendidos e multas aplicadas;

b) relatório das atividades desenvolvidas no ESTAR;

c) demais documentos que o executivo achar necessário.

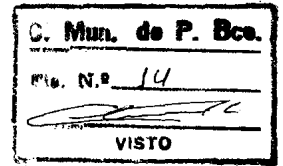
Art. 13- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco em, 09 de junho de 1999.

ALCENI GUERRA - Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Pato Branco



PROJETO DE LEI Nº 101/98

Regime de Urgência

Mensagem nº: 102/98

RECEBIDA EM: 18 de novembro de 1998

Nº DO PROJETO: 101/98

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Estacionamento Regulamentado de Veículos - ESTAR - cobrança de estacionamento nas vias públicas urbanas

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO DIA: 19 de novembro de 1998

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 26 de novembro de 1998 - Aprovado com 12 (doze) votos a favor, 01 (um) voto contra e 01 (uma) ausência
Votou contra o Vereador Carlos Roberto Gonçalves Lins
Ausente o Vereador Amadeu Pereira

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 30 de novembro de 1998 - Aprovado com 12 (doze) votos a favor, 01 (um) voto contra e 01 (uma) ausência
Votou contra o Vereador Carlos Roberto Gonçalves Lins
Ausente o Vereador Amadeu Pereira

ESTE PROJETO DE LEI FOI APROVADO COM EMENDA

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 1º de dezembro de 1998

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 900/98

LEI Nº: 1787

PUBLICADA: Jornal Diário do Povo - Edição nº 1935 do dia 08 de dezembro de 1998

DIÁRIO DO POVC

ANO VII - EDIÇÃO 1935 - PATO BRANCO - TERÇA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 1998

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO-PR

LEI Nº1.787

Data: 03 de dezembro de 1998.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o estacionamento Regulamentado de Veículos - ESTAR e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar áreas especificadas de estacionamento nas vias públicas urbanas, que receberão a denominação de "ESTAR".

Art. 2º - O regulamento do ESTAR será disciplinado pelo Executivo Municipal através de Decreto, ficando desde já vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, a qual fiscalizará a execução dos serviços.

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder a exploração dos serviços do Estacionamento Regulamentado, por terceiros, mediante licitação pelo prazo de 02 (dois) anos prorrogáveis por igual período.

Art. 4º - O Executivo, antes do lançamento do Edital de Licitação, encaminhará à Câmara de Vereadores, para referendo, o regulamento do Estacionamento Regulamentado de Veículos - ESTAR.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

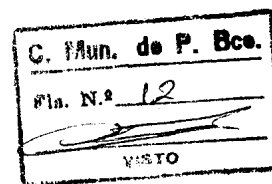
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 03 de dezembro de 1998.

Alceni Guerra - Prefeito Municipal



Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



PROJETO DE LEI Nº 101/98

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Estacionamento Regulamentado de Veículos - ESTAR e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar áreas especificadas de estacionamento nas vias públicas urbanas, que receberão a denominação de "ESTAR".

Art. 2º - O regulamento do ESTAR será disciplinado pelo Executivo Municipal através de Decreto, ficando desde já vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, a qual fiscalizará a execução dos serviços.

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder a exploração dos serviços do Estacionamento Regulamentado, por terceiros, mediante licitação pelo prazo de 02 (dois) anos prorrogáveis por igual período.

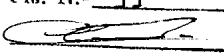
Art. 4º - O Executivo, antes do lançamento do Edital de Licitação, encaminhará à Câmara de Vereadores, para referendo, o regulamento do Estacionamento Regulamentado de Veículos - ESTAR.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 11

VISTO

OS VEREADORES ABAIXO SUBSCRITOS, APRESENTAM PARA APRECIÇÃO DO DOUTO PLENÁRIO A SEGUINTE EMENDA ADITIVA:

EMENDA ADITIVA

OK

ACRESCENTA NOVO ARTIGO ONDE COUBER, NOS SEGUINTE TERMOS:

ART. O EXECUTIVO ANTES DO LANÇAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO ENCAMINHARA A CAMARA DE VEREADORES, PARA REFERENDO, O REGULAMENTO DO ESTAR

NESTES TERMOS PEDEM DEFERIMENTO.

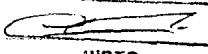
PATO BRANCO, 30 DE NOVEMBRO DE L.998

  Gilmar L. Herson
 Paulo Francisco
 Vitor Bertini




Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Mun. de P. Bco.
Ord. N.º 10

VISTO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 101/98

Em seu Projeto de Lei nº 101/98 o Executivo Municipal deseja obter autorização legislativa para criar áreas de estacionamento nas vias públicas urbana, que receberão a denominação de ESTAR, com a finalidade de explorar os serviços de Estacionamento Regulamentado, por terceiros, mediante licitação, pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período.

O regulamento do ESTAR será disciplinado pelo Executivo Municipal através de decreto, ficando desde já vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, a qual fiscalizará a execução dos serviços.

Considerando que o trânsito no centro da cidade está bastante congestionado, a cobrança de estacionamento poderá torná-lo mais ágil, desta forma a proposição se justifica, bem como, nestes tempos de recessão econômica e desemprego, é uma forma de beneficiar algumas famílias e/ou trabalhadores com um renda mensal.

A proposição tem amparo legal, em especial na Lei Federal nº 9503 de 23 de setembro de 1997 que Institui o Código de Trânsito Brasileiro, assim sendo esta relatoria emite **PARECER FAVORÁVEL** a sua tramitação e aprovação.

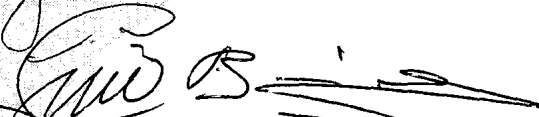
É o parecer Salvo Melhor Juízo.

Pato Branco, 26 de novembro de 1998.


Régés Henrique Pallaoro
Presidente


Afonso Ferreira de Almeida - Membro


Gilmar Luis Arcari - Membro

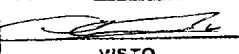

Enio Ruaro - Membro


Orcei Alves Martins Relator - Relator



Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

C. Mun. de P. Bco.
Pla. N.º 09

VISTO

COMISSÃO DE MÉRITO

Parecer ao Projeto de Lei nº101/98

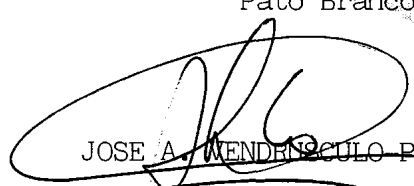
Em análise ao Projeto de Lei nº101/98, que busca autorização legislativa para regulamentar o estacionamento Pago em nosso município e também fazer a concessão à terceiros para exploração do mesmo.

De acordo com CTB, compete aos municípios, regulamentar o estacionamento, o que se esta providenciando com este projeto. Ressaltamos a importancia , desta regulamentação, em virtude das reformas viárias que estão ocorrendo em nos sa cidade, causando uma diminuição dos espaços reservados aos veiculos e problemas com relação ao estacionamento.

Diante do exposto, somos de PARECER FAVORÁVEL, a aprovação da maté ria, apenas gostaríamos de condicionar para a segunda votação, a presença dos Sr SILVIO D. ANDOLFATO e ADRIANO SCARABELOT, para prestar todas as informações perti nentes a este projeto, com intuito de esclarecer aos senhores Vereadores para que possam aprovar o referido com toda segurança.

É o parecer salvo melhor juízo.


Pato Branco, 26 de Novembro de 1.998


JOSE A. WENDENSCULO Presidente


CILMAR FCO. PASTORELLO-Relator


NELSON B. BERTANI-Membro


AMADEU PEREIRA-Membro


SUELI T. P. OSTAPIV-Membro



Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 101/98

Mun. de P. B.
Fls. N.º 08
VISTO

O Executivo Municipal, através do Projeto de Lei nº 101/98 deseja obter autorização legislativa para criar áreas de estacionamento nas vias públicas urbana, que receberão a denominação de ESTAR.

O Executivo Municipal concederá, após aprovação legislativa, os serviços de Estacionamento Regulamentado, por terceiros, mediante licitação, pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período.

Estudos concluíram pela viabilidade econômica e financeira de outorgar a iniciativa privada os serviços acima citados, que possuem capacidade de investimentos, equipamentos adequados.

Com o desenvolvimento de infra-estrutura urbana do município, incluindo sistema viário, entendemos que é justificável a iniciativa da criação deste serviço.

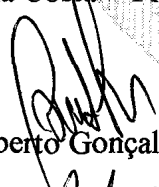
A proposição é conveniente, desta forma emitimos **PARECER FAVORÁVEL** a sua tramitação e aprovação.

É o parecer Salvo Melhor Juízo.

Pato Branco, 26 de novembro de 1998.


Vilson Dala Costa - Presidente


Carlinho Antonio Polazzo - Relator


Carlos Roberto Gonçalves Lins - Membro


Roberto Carlos Chioquetta - Membro


Régis Henrique Palladão - Membro

COMISSÃO DE MÉRITO

O Presidente da **COMISSÃO DE MÉRITO**, abaixo assinado,
com base nos artigos n.ºs. 49 e 53 do Regimento Interno desta Casa de Leis,
nomeia como Relator do PROJETO DE LEI N.º 101/98
o Vereador Almar Francisco Pastorello.

Pato Branco, 23 de novembro de 1998


ALDIR VENDRUSCOLO - PFL
Presidente da Comissão

Ciente do Relator:


Assinatura

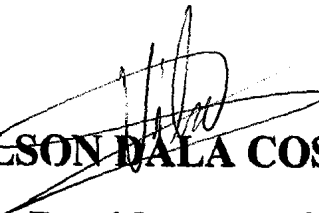
Data: 23.11.98

Segunda

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

O Presidente da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS, abaixo assinado, com base nos artigos n.ºs. 49 e 53 do Regimento Interno desta Casa de Leis, nomeia como Relator do PROJETO DE LEI Nº 101/98,
o Vereador Carlinho Antonio Palazzo.

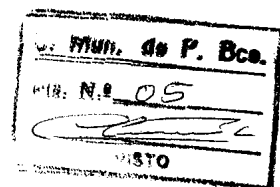
Pato Branco, 23 de novembro de 1998


VILSON DALA COSTA - PMDB
Presidente da Comissão

Ciente do Relator:


Assinatura

Data: 23 / 11 / 98



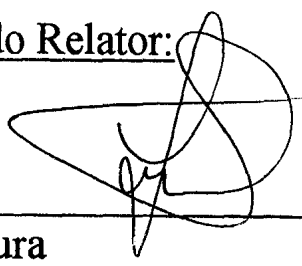
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

O Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**,
abaixo assinado, com base nos artigos n.ºs. 49 e 53 do Regimento Interno
desta Casa de Leis, nomeia como Relator do PROJETO DE LEI N.º 101/98
o Vereador Orceli Alves Martins.

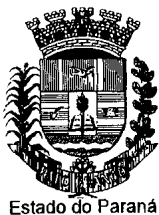
Pato Branco, 23 de novembro de 1998


RÉGES HENRIQUE PALLAORO-PDT
Presidente da Comissão

Ciente do Relator:


Assinatura

Data: 23 / 11 / 98



Estado do Paraná

C. Mun. de P. Br

Fla. N.º 04

VISTO

Câmara Municipal de Pato Branco

ASSESSORIA JURÍDICA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 101/98

Através do Projeto de Lei em apreço, busca o Executivo Municipal obter autorização legislativa para criar áreas especificadas de estacionamento nas vias públicas urbanas, que receberão a denominação de “ESTAR”.

Dispõe a proposição que o regulamento do **ESTAR** será disciplinado pelo Executivo Municipal através de decreto, ficando desde já vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, a qual fiscalizará a execução dos serviços.

Conforme consta de sua Mensagem, o Executivo Municipal elaborou estudos que concluíram pela viabilidade econômica e financeira de outorgar a iniciativa privada os serviços acima citados, que possuem capacidade de investimentos e equipamentos adequados.

Com base nesses estudos, solicita o Executivo Municipal autorização legislativa para conceder a exploração dos serviços do Estacionamento Regulamentado, por terceiros, mediante licitação, pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período.

A matéria encontra-se respaldada na norma contida no artigo 24, inciso X da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que Instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, que sobre o assunto em tela, assim preceitua:

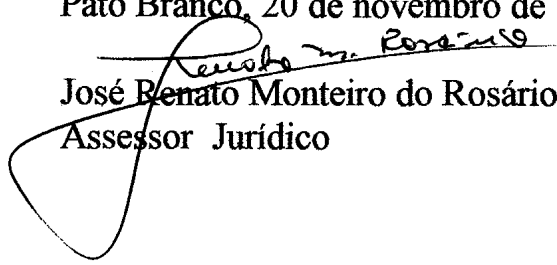
“Art. 24 - Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;”

Cumpridas as formalidades legais, está a proposição apta a seguir sua regimental tramitação, competindo às Comissões Permanentes à análise sob o enfoque do interesse público.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 20 de novembro de 1.998.

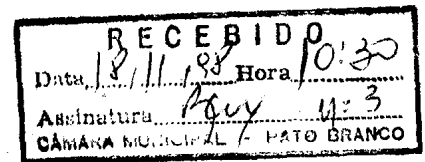

José Renato Monteiro do Rosário
Assessor Jurídico



Câmara Municipal de Pato Branco

C. Mun. de P. Br
Fls. N.º 03
VISTO

AO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



OS VEREADORES INFRA ASSINADOS, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E REGIMENTAIS, E COM FUNDAMENTO NOS ARTYIGOS 176 E 177 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS, REQUEREM SEJA DADO REGIME DE URGÊNCIA NA / TRAMITAÇÃO E DELIBERAÇÃO AO PROJETO DE LEI 102/98, QUE OBJETIVA CRIAR OS SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO DE VEÍCULOS E DÀ OUTRAS / PROVIDÊNCIAS - ESTAR.

PATO BRANCO, 18 DE NOVEMBRO DE 1998

AGUSTINHO ROSSI-PDT

VILSON DALLA COSTA-PMDB

CARLENEUS POLAZZO-PFL

CARLOS R.G.LINS- PT

ALDIR VENDRUSCOLO-PFL

AMADEU PEREIRA-PL

AFONSO ALMEIDA-PMDB

ENIO RUARO-PFL

GILMAR L. ARGARI-PPB

CILMAR PASTORELLO-PDT

NELSON BERTANI-PMDB

REGES DALLAORO-PDT

SUELI T.P.OSTAPIV-PDT

ROBERTO C.CHIOQUETTA-PFL

ORCELI A. MARTINS-PFL



RECEBIDO	
Data 18/11/98	Hora 10h
Assinatura <i>Luigi</i>	
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO	

C. Mun. de P. Bco.
618. N.º 02
<i>[Signature]</i>
VISTO

Prefeitura Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná
Gabinete do Prefeito

MENSAGEM nº102/98

Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

Valemo-nos da presente Mensagem para encaminhar à esta Colenda Casa de Leis o incluso Projeto de lei que solicita autorização Olegislativa para criar e terceirizar o Serviço Público de implantação, execução e manutenção dos serviços do Estacionamento Regulamentado de Veículos ESTAR.

O Executivo Municipal, elaborou estudos que concluíram pela viabilidade econômica e financeira de outorgar à iniciativa privada os serviços acima citados, que possuem capacidade de investimentos, equipamentos aquedados.

Com a criação e implantação do Estacionamento Regulamento o Executivo tem como principal objetivo a criação de empregos e geração de renda para os munícipes

Contando com a aprovação do Projeto de Lei, antecipamos agradecimentos e colhemos o ensejo para reafirmar votos de consideração e apreço.

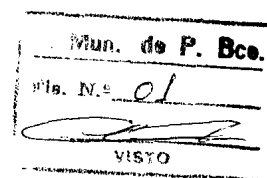
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 17 de novembro de 1998.

ALCENI GUERRA
ALCENI GUERRA
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Pato Branco

*Estado do Paraná
Gabinete do Prefeito*



PROJETO DE LEI Nº. 101/98

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Estacionamento Regulamentado de Veículos^{ch} e dá outras providências.

Art. 1.º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar áreas especificadas de estacionamento nas vias públicas urbanas, que receberão a denominação de "ESTAR".

Art. 2.º- O regulamento do ESTAR será disciplinado pelo Executivo Municipal através de Decreto, ficando desde já vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, a qual fiscalizará a execução dos serviços.

Art. 3.º- Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder a exploração dos serviços do Estacionamento Regulamento, por terceiros, mediante licitação pelo prazo de 02 (dois) anos prorrogáveis por igual período

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 17 de Novembro de 1998.


ALCENI GUERRA
Prefeito Municipal